

Professor pede moratória já e critica Delfim

Rio - "É inevitável e necessário parar com a recessão". A afirmação é do professor Cláudio Considera, da Universidade Federal Fluminense (UFF), destacando que os reflexos da ortodoxa política econômica são tamanhos, que mesmo com o País voltando a crescer 5 por cento ao ano, a partir de agora, somente em 1987 o Produto Industrial atingirá o mesmo patamar observado em 1980 - para uma população 15 por cento maior. Diante desta constatação, ele enfatiza: "Crescer é realmente preciso".

De acordo com o especialista da UFF, o parque industrial brasileiro está sendo afetado pela recessão. "O nível de emprego e produção hoje existente equivale ao constatado, respectivamente, nos anos de 1977 e 1975", assinalou. Depois de sustentar que, entre os fatores negativos desta estratégia, aparece em posição de destaque um empobrecimento da população, enfatizou a necessidade de se reverter a política econômica do governo, "de modo que não parta logo da pobreza para a miséria".

A imobilidade em termos de política econômica decorre, aparentemente, da proposição de que a recessão é inevitável e necessária frente às restrições externas, destacou, observando que o ministro Delfim Netto, agora, certamente se arrepende de ter dito, ao assumir o cargo, ser incapaz de promover uma recessão no País.

— Sua eficiência neste caso foi brutal, pois a indústria amargou desde então uma redução no nível de atividade nunca antes experimentado. Mesmo com uma retomada do crescimento agora, será preciso alguns anos para que o País volte a apresentar o mesmo perfil de quando a recessão se iniciou disse Considera.

O professor da Universidade Federal Fluminense acha que "é necessário romper com as origens do imobilismo, tanto externo quanto interno". Com relação ao primeiro aspecto, considera fundamental a declaração de moratória unilateral, "uma vez que os esforços para pagar juros e amortização não nos trazem os princípios benéficos para o qual o comércio exterior deve estar orientado: a possibilidade de importar insumos não disponíveis domesticamente e a atração do capital de risco".

Para Considera, a necessidade de se conseguir uma folga considerável no balanço de pagamentos justifica a renegociação da dívida. Segundo o especialista, no ato de decretação da moratória, o governo assumiria publicamente a responsabilidade de toda dívida externa e emitiria bônus no valor correspondente. "Estes renderiam juros reais de 2,5 por cento ao ano, após cinco anos de carências, e seriam resgatáveis num prazo de 30 anos, podendo ser livremente negociados no mercado financeiro internacional".

Ele assinalou, ainda, que acompanharia a moratória uma considerável depreciação do cruzeiro, "da ordem de 25 a 30 por cento, de modo a estimular as exportações, garantindo a credibilidade da moratória, ao possibilitar, no futuro, honrar as obrigações em bônus".